

AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO

Edna Queiroz -FE/UFG -ednamqueiroz@gmail.com

Anita Resende - FE/UFG - aazeres@uol.com.br

Gina Glaydes Faria - FE/UFG - ginaggfaria@gmail.com

Uma pesquisa longitudinal, iniciada em 2009 e realizada na Universidade Federal de Goiás (UFG/Brasil), que objetiva analisar as ações afirmativas nesta universidade, implantadas inicialmente pelo Programa UFGInclui, e vincula um conjunto de estudos sintetizados em um mesmo referencial teórico e metodológico, deu origem a este trabalho¹. Esses estudos analisam a dialética inclusão/exclusão na experiência dos estudantes ingressos por cotas, o sucesso/fracasso escolar na trajetória acadêmica dos estudantes que ingressaram na UFG por meio do Programa UFGInclui, as mediações familiares na formação dos jovens do Programa UFGInclui e as ideias e debates na imprensa sobre as políticas afirmativas nas universidades pública². Agrupando alunos de graduação (Iniciação Científica) e pós-graduação, o conjunto de pesquisas tem um núcleo comum que é a análise dos processos implicados na formação dos alunos que ingressaram na UFG pelo sistema de cotas em 2009, tendo por referência a dialética igualdade/desigualdade - inclusão/ exclusão.

Parte-se do suposto de que estão em causa relações, processos e estruturas inerentes e fundantes do modo de produção na sociedade capitalista e que as políticas afirmativas, ao partir do reconhecimento e da busca de compensação de modos estruturais de exclusão e desigualdade, encontrarão nas suas próprias regulações entraves ao seu desenvolvimento. Dessa perspectiva é que se consideram também as implicações do princípio da igualdade no campo da educação e os desafios e possibilidades de uma formação que possa se contrapor às tendências excludentes que se apresentam na contemporaneidade.

1 Como uma pesquisa longitudinal, outros resultados já coletados e analisados foram divulgados em outras publicações: QUEIROZ, RESENDE, FARIA, BASTOS, 2010; RESENDE, QUEIROZ, FARIA, 2012 e QUEIROZ, FARIA, 2012.

2 Trata-se do projeto de pesquisa intitulado *As contas da dialética inclusão-exclusão: a experiência das cotas na UFG*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Anita C. Azevedo Resende. A esse projeto estão vinculados três sub-projetos: *Programa UFGInclui: mediações familiares e formação dos jovens*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Edna Mendonça O. de Queiroz; *Estudo do sucesso/fracasso escolar na trajetória acadêmica dos estudantes que ingressaram na UFG por meio do Programa UFGInclui* coordenado pela Prof^a. Dr^a. Gina Glaydes Guimarães de Faria e *O espetáculo das cotas e a imprensa: as ideias e debates sobre as políticas afirmativas nas universidades públicas (2009-2015)*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Virgínia Sales Gebrim.

Fundadas no reconhecimento das desigualdades sociais e na afirmação da possibilidade e necessidade de reparação desse processo, que é estruturante do modo de produção capitalista, essas ações e políticas implicam, de início, ao menos um princípio fundamental: a igualdade. No limite, está em questão a postulação da possibilidade de superar a desigualdade, necessária como princípio econômico, para alcançar a igualdade, que se promete indispensável como princípio político na sociedade capitalista (MIRANDA; RESENDE, 2009). Dessa perspectiva, o desafio da compreensão das formas como se criam e recriam as desigualdades sociais, as possibilidades de superação histórica desses processos, os objetivos da educação, entre outros, são temas que se recolocam reiteradamente.

Questionar se, e como, o *acesso* dos excluídos aos direitos mediados pelas políticas afirmativas de cotas implicará efetivamente a sua inserção e inclusão social é uma necessidade histórica e um desafio a ser enfrentado. Está em causa a (im)possibilidade da igualdade, e consequentemente da inclusão, como realização histórica no marco da sociedade capitalista. Já de início, essa consideração põe em pauta as relações entre igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão, que implicam mediações objetivas e subjetivas que carecem ser apreendidas. Afinal, exclusão e inclusão constituem uma relação dialética entre realidades históricas que se determinam e se condicionam reciprocamente com fundamento na contradição estrutural entre trabalho e capital.

Essa dialética inclusão/exclusão permite colocar em questão a complexidade de relações que se desenvolvem com base na inclusão pela exclusão e na exclusão pela inclusão. Enfim, a inclusão/exclusão, enquanto expressão estrutural da igualdade/desigualdade, refere-se a processos sociais reciprocamente determinados e contraditoriamente relacionados. Originados na realidade material e estabelecidos a partir da contradição fundamental entre trabalho e capital, os processos sociais de exclusão e inclusão se criam e recriam, se produzem e reproduzem, com uma complexidade cada vez maior tanto objetiva quanto subjetivamente.

Nas universidades públicas brasileiras, a adoção de alguma modalidade de políticas de ações afirmativas para o ingresso nos cursos de graduação tem sido cada vez mais frequente e decisiva. Das primeiras ações implantadas em 2002 nas universidades do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Estado do Norte Fluminense (UENF), como resposta do Estado às reivindicações de movimentos sociais, especialmente do movimento negro, até o ano de 2012 quando as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sob a “lei das cotas”, Lei nº 12.710, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 e pela Portaria Normativa nº 18/2012, passaram a adotar obrigatoriamente o sistema de cotas em seus processos seletivos.

A “lei das cotas” estabelece que 50% das vagas das IFES, por curso e turno, sejam destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, sendo que desse total, 25% destinam-se a estudantes em que suas famílias tenham renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa. Estabelece, ainda, um recorte étnico-racial, destinando-se vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas “em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (BRASIL, 2012a).

A ideia de ações afirmativas, como afirma Brandão (2005), teve seu marco de origem nos Estados Unidos em resposta às reivindicações quanto aos direitos civis relativas à igualdade de oportunidades para todos, em especial do movimento negro, apoiado por liberais e progressistas. No entanto, essas ações não ficaram restritas aos EUA e muitas experiências foram implementadas em países da Europa, na Índia, Malásia, Austrália, Canadá, Nigéria, África do Sul, Cuba, dentre outros, com diferentes formatos como programas específicos do governo ou da iniciativa privada, ações voluntárias ou obrigatórias a partir de legislação própria ou decisões jurídicas, entre outras formas.

No Brasil, a ideia emerge em 1968 quando o Ministério do Trabalho mostrou-se favorável à criação de uma lei prevendo a reserva de vagas em empresas privadas para trabalhadores negros. Sem sucesso, as reivindicações, em especial do movimento negro, intensificaram-se trazendo à tona a questão do racismo, buscando desmistificar a “democracia racial”. A Constituição de 1988 veio garantir maior proteção a alguns grupos discriminados, regulamentando a proteção ao trabalho da mulher e a reserva de cargos para deficientes.

No campo da educação, apenas após 1992 começaram a surgir propostas de ações afirmativas promovidas por organizações não governamentais (ONGs) com a oferta de cursos pré-vestibulares para estudantes pobres e afrodescendentes (BRANDÃO, 2005)³. Ainda assim, a década finaliza sem efetivamente registrar a realização de ações que pudessem contribuir para a reparação das desigualdades relativas aos grupos discriminados historicamente por condições de raça/etnia, gênero entre outros.

Concomitantemente, a discussão sobre a democratização do ensino superior registrava poucos avanços até então. Pinto (2004, p.727) considera que,

³Em meados da década de 1990, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial destinado a “desenvolver políticas de valorização e promoção da população negra” e implantado o Programa Nacional dos Direitos Humanos pela Secretaria de Direitos Humanos. Trata-se de um momento significativo em âmbito internacional, no contexto dos preparativos para a Conferência de Durban, realizada em 2001, com desdobramentos significativos para a implantação das ações afirmativas na educação superior no Brasil.

muito embora desde a década de 1960 a política do governo federal para o setor tem sido a ampliação de vagas via privatização, a Taxa de Escolarização Bruta na Educação Superior do país ainda é uma das mais baixas da América Latina, embora o grau de privatização seja um dos mais altos do mundo. O resultado deste processo foi uma grande elitização do perfil dos alunos, em especial nos cursos mais concorridos e nas instituições privadas, onde é muito pequena a presença de afrodescendentes e de pobres.

Observa que o Estado, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), tem se norteado pelo princípio da expansão de vagas sem prover recursos efetivos para o setor público, garantindo-se subsídios para o setor privado. Esse quadro ainda persiste. Ainda que as cotas tenham sido pensadas também em termos de democratização, constituem-se medidas que não atingem a questão fundamental da expansão do ensino superior (PINTO, 2004). Entretanto, o autor considera que

a introdução de quotas, em especial se adotada nos cursos mais concorridos, trará um novo perfil de aluno que, se é carente em uma série de conteúdos cobrados no vestibular (e que geralmente são desconsiderados posteriormente nos cursos de graduação), é rico em outros, decorrentes de um maior conhecimento do país real, aquele onde vive a maioria da população, o que trará um ganho de qualidade às instituições de educação superior, sem falar daqueles advindos de uma composição social mais diversificada. (PINTO, 2004, p. 753-754)

As ações afirmativas no Brasil têm se efetivado em meio a debates sobre a sua legitimidade jurídica e sobre a definição de quais grupos devem ser atendidos. Questionam-se, ainda, os limites destas ações tendo em vista que atuam na busca de reverter situações que se encontram ancoradas em questões estruturais mais amplas, como a desigualdade social e os déficits educacionais no país (AZEVEDO, 2004; PIOVESAN, 2008). Enfatize-se que a implantação das ações afirmativas transcende o debate jurídico. Conforme acima indicado, trata-se de apreender essas ações no âmbito da materialidade que as engendra, numa relação contraditória e reciprocamente determinada.

Esses processos não estão ausentes no desenvolvimento do programa desenvolvido na UFG. Este texto objetiva apresentar os resultados parciais da pesquisa que buscareconhecer, na experiência dos alunos cotistas no que concerne às suas relações inter-pares, à relação professor-aluno, à apropriação e uso dos equipamentos da universidade, ao aprendizado, ao desempenho acadêmico, entre outros, se e como os processos de inclusão/exclusão se dão na formação acadêmica desses estudantes. No âmbito deste trabalho, expõe-se os dados relacionados ao desempenho acadêmico e à permanência dos estudantes na universidade.

O programa de inclusão da UFG, implantado em 2009, Programa UFGInclui, regia-se pela Resolução CONSUNI nº 29/2008 (BRASIL, 2008). Em relação às ações de ingresso,

adotava-se o sistema de cotas⁴ mediante os seguintes critérios: 10% das vagas eram destinadas para estudantes oriundos de escolas públicas, que cursaram os dois últimos anos do ensino fundamental e os três anos do ensino médio nestas escolas; 10% para estudantes autodeclarados negros, oriundos de escolas públicas, tendo cursado os dois últimos anos no ensino fundamental e os três anos do ensino médio na rede pública de ensino e, segundo a demanda, uma vaga para indígena e uma vaga para negro quilombola⁵.

Em 2012, com a “lei das cotas”, o Programa UFGInclui sofreu alterações significativas uma vez que a UFG adequou-se às diretrizes do governo federal por meio da Resolução CONSUNI nº 31/2012 (BRASIL, 2012b).⁶ Por ocasião da implementação do Programa UFGInclui, ainda em 2009, iniciou-se uma investigação sobre como os mecanismos de inclusão/exclusão se articulam na formação dos estudantes. Busca-se enfrentar o desafio da compreensão das formas como se criam e recriam as desigualdades sociais e as possibilidades de superação histórica desses processos.

Parte substantiva das questões implicadas nesse desafio pode ser apreendida na análise do desempenho acadêmico dos alunos, bem como dos dilemas relacionados à sua permanência na universidade. O estudo do desempenho e da permanência permite apontar impasses e condições de possibilidade da universidade pública brasileira dispor aos alunos cotistas um projeto de formação que, de fato, contribua para superar as condições históricas que instauram a desigualdade e a exclusão de muitos.

1. O desempenho dos alunos cotistas

⁴Exceto para aqueles cursos que ofereciam menos de dez vagas.

⁵Em todos os casos os estudantes necessitam comprovar as condições indicadas na Resolução Consuni nº 28/2009, como documentos comprobatórios em relação à trajetória em escola pública, à etnia quilombola ou indígena, entre outros.

⁶Em seu artigo 1º, estabelece os casos em que o Programa de Inclusão da UFG será aplicado: “I - acréscimo, quando houver demanda, de uma (1) vaga em cada curso de graduação da UFG para serem disputadas por indígenas oriundos de escolas públicas (3 anos do ensino médio) que se inscreverem para estas vagas especiais. O indígena deverá apresentar documento que comprove esta condição segundo o exigido em edital; II - acréscimo, quando houver demanda, de uma (1) vaga em cada curso de graduação da UFG para serem disputadas por negros quilombolas oriundos de escolas públicas (3 anos do ensino médio) que se inscreverem para estas vagas especiais. O negro quilombola deverá apresentar documento que comprove esta condição segundo o exigido em edital; III - do total de vagas oferecidas no curso de graduação em Letras: Libras, quinze (15) serão destinadas a candidatos surdos, os quais serão submetidos a processo seletivo especial” (BRASIL, 2012).

A Pró-Reitoria de Graduação, responsável pelo programa de inclusão na UFG, tem realizado periodicamente seminários abertos à comunidade acadêmica em que os avanços e desafios da inclusão na instituição são debatidos. Organizados, entre outros, por meio de conferências, mesas redondas e grupos de trabalho, esses seminários indicam que as ações de permanência dos estudantes cotistas expressam um dos grandes desafios da universidade.

Apesar dos dados acerca do desempenho dos estudantes que ingressaram por cotas revelarem um resultado satisfatório se comparados aos dos ingressantes pelo sistema universal, nos seminários foram sugeridas ações mais contundentes no que diz respeito à permanência desses estudantes na universidade. As ações sugeridas reportam-se às formas de acolhimento dos estudantes, à constituição de grupos de discussão sobre as experiências desses estudantes no cotidiano da universidade e ao acompanhamento pedagógico, objetivando suprir os limites da educação básica de forma a consolidar as ações de inclusão na instituição.

A evolução do desempenho acadêmico e da permanência na UFG foi apresentada em seminário no ano de 2013⁷, mediante dados de pesquisa realizada pela Prograd com estudantes que ingressaram em 2010, fazendo um acompanhamento desses alunos até o ano de 2012. Totalizando 5.228 alunos ingressantes no referido ano abrangendo todos os *campi* da universidade, foi feita uma análise estatística em que foram comparadas as médias de estudantes ingressantes pelo sistema de cotas e pelo sistema universal.

Em 2010, a média dos estudantes ingressantes pelo sistema universal (5,59) e pela reserva de vagas para escola pública (5,85) foram muito próximas, observando um índice ligeiramente maior para os estudantes do sistema de cotas de estudantes da escola pública. Nos anos de 2011 e 2012, dos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas e pelo universal, as médias se equiparam: 6,49 em 2011 e 6,27 em 2012.

Em relação aos estudantes negros de escola pública, observou-se um resultado inferior aos demais: 4,54 em 2010; 5,79 em 2011 e 5,82 em 2012. Mesmo egressos da escola pública, os estudantes negros apresentaram um desempenho inferior aos brancos, também egressos da escola pública, o que pode indicar que a condição do estudante negro é atravessada por questões raciais imbricadas à condição de classe⁸.

⁷Seminário coordenado pela Prograd, intitulado Ações afirmativas na UFG: Inclusão e permanência. Disponível: https://prograd.ufg.br/up/90/o/Seminario_UFGInclui_Sandramara.pdf.

⁸ Essa é uma questão que necessita de análises mais aprofundadas que fogem ao escopo deste texto.

Entretanto, há que se destacar que as médias desses estudantes apresentam um aumento mais significativo durante o período, visto que a média inicial de 4,54 alcançou em 2012, 5,82, com crescimento de 1,28. O mesmo ocorre com relação aos estudantes negros quilombolas: em 2010 apresentaram uma média de 3,98; em 2011, de 5,67 e em 2012 de 5,66, constatando-seum crescimento ainda maior (1,68) em relação aos demais estudantes. Quantos aos estudantes ingressantes pelas cotas específicas para escola pública, a médiainicial em 2010 foi de 5,85 para 6,27 em 2012, constatando-se o aumento de 0,42, bem inferior aos dos estudantes ingressos pelas cotas para negros e para negros quilombolas da escola pública.

Essas informações merecem análise cautelosa, pois podem indicar que a formação acadêmica recebida na universidade faria uma maior diferença para esses grupos de estudantes. Na literatura, as pesquisas têm indicado que estudantes ingressantes à universidade por meio das ações afirmativas tendem a valorizar o acesso e a formação acadêmica demonstrando um empenho que os distinguiria, de certo modo, dos demais estudantes. Penha-Lopes (2008), por exemplo, destaca que os estudantes ingressos por cotas para negros na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), apesar dos desafios em relação às condições socioeconômicas e às relações interpessoais, sobretudo no que diz respeito ao preconceito sofrido por esses estudantes, indicam uma melhora no desempenho desde o início do curso.

Quanto à permanência, Velloso e Cardoso (2008, p. 15), em pesquisa acerca dos processos de evasão de estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Nacional de Brasília (UnB) que adota, desde 2004, o sistema de reserva de vagas para estudantes negros, afirmam que

os dados surpreenderam, pois alunos cotistas da instituição se evadem menos que não-cotistas, contrariando previsões dos críticos da reserva de vagas. Esses dados são auspiciosos e provavelmente refletem um maior empenho nos estudos por parte dos que ingressaram pela reserva de vagas.

Também no relatório divulgado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a primeira universidade a adotar o sistema de cotas juntamente com a Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF), em 2003, observou-se que o abandono dos cursos dos estudantes não cotistas foi “significativamente superior ao de alunos cotistas para todos os anos de ingresso avaliados, demonstrando que, ao passo que a UERJ vem conseguindo manter seus alunos cotistas, vem perdendo seus alunos não cotistas” (UERJ, 2011, p.40).

Na UFG, em seminário no ano de 2013, discutiu-se a permanência dos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas no ano de 2010, correlacionando os dados com os ingressantes pelo sistema universal. Do total de 5228 estudantes da UFG ingressantes nesse

ano, 82% permaneciam ativos e 18% desistiram dos seus cursos, sendo 7% em 2010, 1% em 2011 e 10% em 2012. Em relação aos desistentes, 920 alunos no total, 73% não ingressaram por meio do sistema de cotas e dos 26% que ingressaram pelo sistema de cotas, 21% eram egressos de escola pública e 5% negros de escola pública⁹. Constata-se, portanto, que o observado na UnB e na UERJ ocorre também no âmbito da UFG. Efetivamente os estudantes não cotistas apresentam maior índice de desistência do que os cotistas.

No que se refere aos 26% desistentes ingressantes pelo sistema de cotas na UFG, a grande maioria, 82%, ingressou pela reserva de vagas para escola pública e o restante, 18%, pelas cotas para negros de escola pública. Em relação aos estudantes indígenas e negros quilombolas de escola pública não houve desistência.

Os dados apresentados pela Prograd/UFG acerca dos estudantes em “situação de exclusão/evasão” no período entre 2009 e 2013, indicam que do total de 1205 alunos ingressantes por meio de alguma ação afirmativa, 464 (38,5%) não efetuaram matrícula, 244 (20,2%) tiveram reprovação no semestre de ingresso, 230 (19,0%) desistiram do curso, 111 (9,2%) tiveram reprovações em dois semestres consecutivos, 74 (6,1%) reprovaram três vezes na mesma disciplina, 37 (3,0%) optaram por outro curso, 19 (1,5%) estavam com processos em tramitação no CEPEC¹⁰, 13 (1,0%) apresentavam problemas de documentação, 11 (0,91%) transferiram-se para outras instituições de ensino superior e dois (0,16%) estudantes faleceram.

2. Desafios da permanência: um estudo exploratório

Se o acesso à universidade pública, nas últimas décadas, tem se constituído em tema de interesse por conta da discussão sobre a democratização do ensino superior, a permanência revela-se como um dos maiores desafios, visto que mesmo entre os estudantes não cotistas ela se mostra acentuada. Entretanto, conforme acima exposto, os dados relativos à evasão demonstram que os estudantes ingressantes pelo sistema de cotas têm conseguido apresentar um resultado mais satisfatório do que os ingressantes pelo sistema universal, permanecendo mais em seus cursos e evidenciando índices de desistência menores. Em estudo da Prograd/UFG¹¹ constata-se que dos 6040 estudantes ingressantes por cotas entre 2009 a 2013, 285 (5%) já concluíram a graduação, 4550 (75%) estavam vinculados à UFG e 1205 (20%) estavam em “situação de exclusão/evasão”.

⁹1% refere-se a processos de transferência, mudança de curso, entre outros.

¹⁰ Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura da UFG.

É importante considerar os grandes desafios enfrentados por esses estudantes em suas trajetórias acadêmicas. Nesse sentido, este estudo longitudinal em andamento, por meio de questionários, constatou que os desafios permanecem desde o ingresso na universidade até o final do curso. Tratando-se de um estudo longitudinal, foram realizadas entrevistas, grupos focais e questionários com estudantes oriundos de cursos que mobilizaram maior e menor número de cotas no processo seletivo de 2009/1.

Assim, a discussão sobre a permanência será desenvolvida a partir dos dados obtidos por meio de questionários aplicados aos estudantes dos cursos que em 2009/01 mobilizaram maior e menor número de cotas. O questionário foi aplicado no ano de 2012 a 202 estudantes de 11 cursos da universidade, portanto quando cursavam o oitavo período de seus cursos. Participaram estudantes que ingressaram pelo Sistema Universal (160 estudantes) e pelo Programa UFGInclui (42 estudantes). Desses, 54,8% ingressou pela reserva de vaga para escola pública, 40,5% pela reserva para negro oriundo de escola pública e 2,4% para índios ou quilombolas.

Dos três cursos cuja utilização de cotas foi maior, participaram da pesquisa 126 estudantes e dos demais que utilizaram menor número de cotas, houve a participação de 76 estudantes¹². Os dados analisados mostram que os estudantes que ingressaram pelo sistema universal e pelas cotas apresentam diferentes realidades socioeconômicas e culturais, diferenças que repercutem nas condições da vida escolar, o que pode determinar, de certo modo, as possibilidades de permanência na universidade.

Os estudantes cursavam os diferentes turnos na universidade: no matutino, 30,7% dos estudantes; no noturno, 23,3% e no turno integral, 45% dos estudantes responderam o questionário. A idade dos estudantes revelou que a maioria deles é jovem entre 20 e 22 anos, 54,4%. Entre os que entraram pelo sistema universal, esse índice chega a 57,5% e entre os que ingressaram por cotas 42,9%. Em relação à cor, do total de estudantes, 57% declararam-se brancos, 10,4% negros e 29,7% pardos ou mulatos. Tratando do conjunto dos estudantes que ingressaram pela reserva de vagas, 19% declararam-se brancos, 31% negros e 45,2% pardos ou mulatos.

Considerando o ensino médio cursado pelos estudantes, a maioria (57,9%) estudou integralmente na escola privada, tendo-se em vista que o quantitativo de estudantes, que

¹¹Situação de estudantes ingressos na UFG por meio de algum tipo de ação afirmativa, 2009 a 2013. Disponível: https://prograd.ufg.br/up/90/o/INGRESSANTES_ACAO_AFIRMATIVA_EXCLUSAO-EVASAO.pdf

¹²Os dados foram tratados com base no *software* estatístico SPSS.

ingressaram pelo sistema universal e que participaram da pesquisa, foi maior do que os que ingressaram pelas cotas. Em relação aos egressos da escola pública, totalizam 36,1%. Importa destacar que entre os ingressantes pelo sistema universal, 20% são oriundos da escola pública. Ainda 5,9% dos estudantes cursaram sua formação básica parte em escola pública e parte em instituição privada.

A avaliação que esses estudantes fazem da sua formação básica revela que a maior parte (72,3%) considera satisfatória a sua formação, 21,3% insuficiente e 6,4% respondeu outras opções como excelente, boa, deixou um pouco a desejar, entre outras. Se a maioria considerou satisfatória a formação básica, não surpreende o fato de 54% não ter feito preparação em cursinhos pré-vestibulares. Entretanto, 46,6% estudou em cursos pré-vestibulares por, pelo menos, um ano.

Constatou-se, pelos questionários, que grande parte dos estudantes (57,1%) ingressos por cotas não recebe qualquer tipo de bolsa ou financiamento da UFG. Os que recebem algum tipo de bolsa (42,9%) estão incluídos nos programas de bolsa permanência, de alimentação, de estágio, entre outras. Dos estudantes ingressos pelo sistema universal, apenas 15% recebe algum tipo de bolsa, em especial, a bolsa monitoria.

Buscando conhecer a realidade sociocultural dos estudantes, os questionários buscaram aferir a escolaridade dos pais e mães dos estudantes. Constatou-se que os pais dos estudantes que ingressaram pelo programa UFGInclui possuem grau de escolaridade inferior aos pais dos que ingressaram pelo sistema universal, pois desses 56,2% alcançaram o ensino superior (completo e incompleto) e a pós-graduação, enquanto que para os pais dos estudantes que tiveram acesso por cotas, esse percentual soma 16,7% nesse nível de ensino. A maior parte dos pais desses estudantes (69,2%) alcançaram apenas até o ensino médio.

Quanto à escolaridade das mães, 69,0% dos estudantes que ingressaram pela reserva de vagas disseram que suas mães possuem escolaridade máxima de ensino médio (completo ou incompleto). Já observando a escolaridade de ensino superior (completo e incompleto) e pós-graduação, as mães dos estudantes que ingressaram pelo programa UFGInclui atingem 21,5%, enquanto que as mães dos estudantes que ingressaram pelo sistema universal atingem 55,1%.

Constata-se, portanto, de acordo com os dados, menor escolarização dos pais e mães dos estudantes que ingressaram pela reserva de vagas, implicando condições culturais diferenciadas. As condições socioeconômicas e culturais da família são importantes aspectos a serem analisados para se pensar acerca das possibilidades e limites da experiência acadêmica dos estudantes, pois repercutem nas condições de realização dos estudos e consequentemente

no desempenho do estudante na universidade, afetando sobremaneira as possibilidades de permanência no ensino superior ou, ainda, determinando, de certo modo, as condições nas quais esses jovens permanecem na instituição.

Em relação à profissão dos pais dos estudantes que ingressaram por meio do sistema de reserva de vagas, constatou-se que 95,3% dos estudantes apresentaram uma variedade de profissões que, em sua maioria, não exigem o ensino superior, como policial militar, autônomo, pintor, entre outros, destacando-se, ainda, que 4,8% estão desempregados. Essa condição não aparece entre os pais dos alunos que ingressaram pelo sistema universal em que aparecem referências a profissões que exigem formação em nível superior como engenheiro civil, advogado, médico, empresário e professor.

Os estudantes também foram questionados sobre a profissão de suas mães. Dentre as mães que trabalham, os estudantes que ingressaram pelas cotas informaram também uma variedade de profissões como secretária, costureira, feirante, emprega doméstica e salgadeira. Já as mães dos estudantes que entraram pelo sistema universal trabalham em profissões como designer de interiores, médica, odontóloga, farmacêutica, biomédica, engenheira.

Assim, tanto os pais quanto as mães dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas, em sua maioria, exercem profissões que não exigem formação superior. Esses dados permitem inferir que as condições econômicas familiares dos estudantes ingressos pelas cotas indicam a existência de maiores desafios econômicos para sua permanência na universidade.

Questionados quanto às dificuldades de investimento acadêmico em função de suas condições financeiras em aspectos como aquisição de livros, participação em eventos, participação em atividades culturais, aquisição de materiais específicos para a profissão, obtenção de materiais fotocopiados, apresentação de trabalhos, entre outros, evidenciou-se que os estudantes que ingressaram pelo sistema de cotas indicaram maiores dificuldades financeiras para a participação efetiva na universidade na maioria dos itens apresentados. Evidenciaram-se discrepâncias em relação à dificuldade de recursos para participação em atividades culturais, assinalado por 26,2% dos ingressantes pelo sistema de cotas e apenas 8,7% dos ingressantes pelo sistema universal. Outro item que evidencia os desafios para a permanência de estudantes cotistas na universidade diz respeito aos recursos para apresentação de trabalhos em que 19% dos ingressantes pelo sistema de cotas indicaram tal dificuldade e apenas 3,1% dos ingressantes pelo sistema universal a evidenciaram. Outros aspectos também indicam os desafios da permanência para o ingressante pelo sistema de cotas como o referente aos recursos para a cópia de materiais didáticos, item assinalado por 14,3%

dos cotistas em detrimento de 3,7% dos ingressantes pelo sistema universal e, ainda, a aquisição de materiais específicos para profissão, item assinalado por 26,2% dos ingressantes pelo Programa UFGInclui e 10% dos ingressos pelo sistema universal.

Quanto à satisfação com o curso, 72,4% do total de estudantes consideram seus cursos como “bom” ou “muito bom”. Houve, entretanto, uma maior tendência dos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas apresentarem maior satisfação com seus cursos (80,4%) em relação aos ingressantes pelo sistema universal (73,8%). Questionados em relação ao grau de satisfação com o próprio desempenho no curso, os alunos ingressantes pelo sistema de cotas sentem-se satisfeitos, a maioria considerando o próprio desempenho como “muito bom” e “bom” (78,6%); a satisfação com o próprio desempenho no curso também é elevada em relação aos ingressantes pelo sistema universal (77,5%). Desdobrando os itens, entretanto, os ingressantes pelo sistema de cotas tendem a um maior grau de satisfação com o próprio desempenho no curso à medida que 42,9% consideram o desempenho “muito bom”, em relação aos 35,6%, ingressantes pelo sistema universal. Questionados quanto ao uso da biblioteca, constatou-se que os ingressantes pelo sistema de cotas são mais frequentes (73,8%) em relação aos ingressantes pelo sistema universal (45%).

Quando questionados sobre as dificuldades de investimento acadêmico em relação às suas condições financeiras, a aquisição de livros foi um dos itens mais assinalados, 37,6% no total, consistindo no item que mais aproximou estudantes ingressos pelo sistema de cotas, 40,5%, e pelo sistema universal, 38,9%. O maior acesso à biblioteca pelos estudantes ingressos pelo sistema de cotas, indicado acima, pode contribuir para a formação acadêmica desses estudantes e para sua permanência na universidade.

Há que se reconhecer as ações da Prograd no sentido de fortalecer e ampliar os programas voltados aos estudantes cotistas como a aquisição de materiais específicos da profissão, os programas de bolsa permanência e alimentação. As informações fornecidas nos seminários sobre as ações afirmativas na universidade indicavam um maior investimento nos últimos anos nesses programas.

Ao final, os dados permitem afirmar que o grupo de estudantes que ingressaram pelo Programa UFGInclui, comparativamente aos que ingressaram pelo Sistema Universal, tem maiores dificuldades socioeconômicas e de manutenção no ensino superior. Esses resultados, entre outros, permitem afirmar o que as pesquisas acerca do tema das ações afirmativas na universidade têm indicado: é necessário que a instituição desenvolva medidas que efetivamente contribuam não só para a permanência de estudantes ingressantes por meio de políticas afirmativas, como também na melhoria das condições de sua trajetória acadêmica.

Conforme Mészáros (2005, p. 74), não se trata de uma mera redistribuição de recursos para a educação

e sim a inevitável deficiência estrutural de um sistema que opera dos seus círculos viciosos de desperdício e de escassez. É impossível romper esse círculo viciosos sem uma intervenção efetiva na educação, capaz, simultaneamente, de estabelecer prioridades e de definir as reais necessidades, mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos. (grifos do autor)

Há que se enfatizar, conforme exposto no início deste texto, que as políticas de ações afirmativas expressam uma urgência ética no que diz respeito aos grupos até então excluídos da universidade pública. Entretanto, no marco de uma sociedade capitalista é preciso tratar as políticas de ações afirmativas compreendendo-as nos limites das determinações lógicas e históricas desta sociedade.

Considerações finais

O propósito de apreender os processos de inclusão/exclusão na formação acadêmica dos estudantes ingressos pelo sistema de cotas na UFG reporta-se às próprias condições em que as relações sociais são engendradas nessa sociedade. É possível constatar que, apesar de grande parte desses estudantes permanecerem na universidade e apresentarem um desempenho próximo ao dos ingressos pelo sistema universal, os desafios colocam-se cotidianamente em sua vida universitária.

Em relação aos desafios, é possível observar pelo menos dois aspectos inter-relacionados que podem afetar a formação acadêmica dos estudantes cotistas: as condições econômicas e socioculturais. Quanto às condições econômicas, desde os recursos para a obtenção de material didático à participação nas atividades científico-culturais da instituição, indicam-se os limites para o envolvimento efetivo dos alunos.

No que se refere às condições socioculturais, ressalte-se os esforços empreendidos por esses estudantes no sentido do enfrentamento aos limites de uma situação adversa que parece distanciar a cultura de origem com a cultura universitária. Entretanto, esse distanciamento é minimizado frente à participação desses estudantes no cotidiano acadêmico, em atividades que contribuem efetivamente para sua formação como, por exemplo, uma maior frequência à biblioteca.

Assim, frente aos desafios, os estudantes ingressos pelo sistema de cotas indicam a superação de suas limitações no sentido de alcançar a permanência na universidade, ainda que a própria universidade, apesar dos esforços, não tenha efetivado programas e ações específicas para esse grupo de estudantes.

Tendo em vista as possibilidades de superação histórica dos processos de produção da inclusão/exclusão, a pesquisa tem possibilitado apreender as mediações implicadas na experiência acadêmica dos estudantes que, contraditoriamente, apontam para os limites e possibilidades das ações afirmativas no âmbito da educação superior.

Referências

AZEVEDO, C. M. M. Cota racial e estado: abolição do racismo ou direitos de Raça? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 121, jan./abr. de 2004.

BRANDÃO, C. da F. *As cotas na universidade pública brasileira: será esse o caminho?* Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Goiás. *Resolução Consuni* n.º 29/2008. Proposta do Programa UFGInclui aprovada na Câmara de Graduação, no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura e no Conselho Universitário em 2008. Disponível em <http://www.ufg.br/uploads/files/UFG-Inclui-01-08-08.pdf>. Acesso em out. 2010.

BRASIL. *Lei 12.711*, de 29 de agosto de 2012a. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Goiás. *Resolução Consuni* n.º 31. Altera a Resolução Consuni n.º 29/2008, modificada pelas Resoluções 20/2010 e 18/2011, que dispõem sobre o Programa UFGInclui na UFG. Brasília: MEC, 2012b.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. Campinas. Boitempo Ed., 2005.

MIRANDA, M. G.; RESENDE, A. C. A. Igualdade, Equidade e Educação. In: FLORES, R.; NOVAREZ, C. (org). *Educacion y Universidad desde la complejidad en la globalización*. Cidade do México (México): Universidade Autônoma do México; Ed. Porruá, 2009, p. 201-224.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. *Estudos Feministas*, v.16, n. 3, 2008, p. 887-896.

PINTO, J. M. de R.. O acesso à educação superior no Brasil. *Educação e Sociedade*. 2004, vol.25, n.88, p.727-756.

PENHA-LOPES, V.. Universitários cotistas: de alunos a bacharéis. In: ZONINSEIN, J.; FERES JUNIOR, J. (orgs.). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

QUEIROZ, E. M. O., RESENDE, A. C. A., FARIA, G. G. G., BASTOS, R. B. M. Os processos de exclusão/inclusão do jovem no âmbito das ações afirmativas na UFG. Anais do IV Simpósio Internacional sobre a juventude brasileira. *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: PUC de Minas, 2010. p.1150 – 1160.

QUEIROZ, E. M. O.; FARIA, G. G. G. de. Ações afirmativas e trajetórias escolares: com a palavra os sujeitos. 35ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). *Anais*. Porto de Galinhas, 2012. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/trabalhos/131-gt20>. Acesso em 12 mar.2013.

RESENDE, A.C.A.; QUEIROZ, E. M. O.; FARIA, G. G. G. de. A dialética inclusão/exclusão na experiência do Programa UfgInclui. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 93, n. 233, p. 120-134, jan./abr. 2012.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (UERJ). *Avaliação qualitativa dos dados sobre o desempenho acadêmico*. Relatório ano 2011. 2012.

VELLOSO, J.; CARDOSO, C. B. *Evasão na Educação Superior: alunos cotistas e não cotistas na Universidade de Brasília*. Caxambu: ANPed, GT11, 2008. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/31/jacquesveloso.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2014.